

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE OBSERVÂNCIA AO CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS

Nome da Empresa:	
CNPJ:	
Nº Contrato de Prestação Serviço:	
Data de Vigência do Contrato:	
Finalidade do Contrato (objeto):	
Declaro para os devidos fins que o(s) empregado(s) desta empresa designados para o exercício de atividades profissionais na forma do contrato nº XX, comprometem-se a observar ao Código de Conduta Ética dos Servidores da Secretaria de Estado de Finanças.	

ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO PARA A SEDE DA 3ª DELEGACIA REGIONAL DA RECEITA ESTADUAL - 3ª DRRE, EM VILHENA, COM O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS - SEFIN/RO

Minuta de Contrato

* MODELO DE DOCUMENTO

CONTRATO Nº/NLOG/SEFIN-2025

CONTRATANTE: O ESTADO DE RONDÔNIA, por intermédio da (ÓRGÃO CONTRATANTE), inscrita no CNPJ/MF sob o nº (00.000.000/0000-00), com sede na Rua Farquar, nº 2986, Complexo Rio Madeira, Bairro Pedrinhas, nesta cidade de Porto Velho-RO, representada pelo (CARGO DO REPRESENTANTE), o Sr. ou Sr(a) (REPRESENTANTE DO ÓRGÃO), portador(a) do CPF/MF nº (000.000.000-00).

CONTRATADA: A empresa **XXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXX, com sede na Rua XXX, nº XXX, Bairro XXX, CEP nº XXX, cidade de XXX, aqui representada pelo Sr. **XXX**, portador da carteira de identidade RG nº XXX, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada através do documento acostado (id.).

Os Contratantes celebram, por força do presente instrumento, contrato para prestação de serviços de engenharia, o qual se regerá pelas disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, pelo regime de **contratação semi-integrada** (Art. 46, VI, Lei nº 14.133/2021), licitado através da modalidade **CONCORRÊNCIA** (Art. 28, II, Lei nº 14.331/2021), vinculando-se aos termos do Processo Administrativo nº 0030.006022/2024-10 e à proposta da CONTRATADA, mediante as seguintes cláusulas:

1. DO OBJETO/DAS QUANTIDADES/DAS VINCULAÇÃO

Do objeto: O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada nos serviços de **construção** para a **sede da 3ª Delegacia Regional da Receita Estadual - 3ª DRRE, em Vilhena**, com o fornecimento de materiais, visando atender as necessidades desta Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN/RO, nas condições estabelecidas no Projeto Básico (id.0059546363), Edital e seus anexos, independentemente de transcrição.

Das Quantidades: As quantidades do objeto deste contrato serão aquelas estabelecidas no item 3.2 do projeto básico e seus anexos.

Da vinculação: Integram este contrato, independentemente de transcrição, o Projeto Básico (id. 0059546363), o disposto no Edital de Pregão Eletrônico n.º XXX (XXX), a proposta da Contratada (XXX) e demais elementos que sirvam à exata definição do objeto descrito nesta cláusula.

2. DOS PRODUTOS A SEREM CONTRATADOS

Os produtos a serem contratados serão aqueles estabelecidos no item 3. do projeto básico e seus anexos.

3. DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO/RESULTADOS ESPERADOS

A metodologia de execução e resultados esperados do objeto deste contrato serão aquelas estabelecidas no item 7. do projeto básico e seus anexos.

4. DAS ATIVIDADES

As atividades do objeto deste contrato serão aquelas estabelecidas no item 08 do projeto básico e seus anexos.

5. DOS PRAZOS/FORMA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E RECEBIMENTO

Os prazos, forma da prestação dos serviços e recebimento serão aqueles estabelecidos no item 8 do projeto básico e seus anexos.

6. DO RECEBIMENTO

As condições de recebimento do objeto deste contrato serão aquelas estabelecidas no item 8 do projeto básico e seus anexos.

7. DO VALOR

O valor total desta contratação é de R\$ XXX, correspondente à declaração de adequação financeira (XXX), a servir de lastro para efetuar o pagamento do objeto descrito na cláusula primeira.

Nos preços propostos estão inclusos fretes, carga, descarga e demais custos diretos e/ou indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, tributos, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciário a que estiver sujeita a Contratada.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a aquisição dos bens/materiais de que trata o objeto deste Contrato sairão do seguinte crédito orçamentário: Cód. U. O.: XXX - Programa de Trabalho: XXX - Fonte de Recursos: XXX – Natureza de Despesa: XXX, conforme consta na Declaração de Adequação financeira (id. XXX).

9. DA GESTÃO DO CONTRATO

Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, o modelo de gestão do contrato será aquele estabelecido no Projeto Básico.

10. DO PAGAMENTO

As formas e condições de pagamento estão descrito no item 13 do projeto básico e seus anexos e a nota fiscal deverá ser emitida em nome da Contratante já qualificada no preâmbulo deste contrato.

11. DOS REAJUSTES, CORREÇÕES MONETÁRIAS E ACRÉSCIMO E SUPRESSÕES

Além das disposições contidas na Lei n. 14.133/21 e Decreto n. 28.874/24, aplica-se as condições de reajuste e correções monetárias estabelecidas no item 24 do projeto básico e seus anexos.

O pedido relacionado ao reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser apresentado pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do fato gerador de seu direito.

Apresentado no prazo estipulado no item acima, os efeitos financeiros retroagirão à data-base prevista na convenção coletiva de trabalho ou à data de ocorrência do fato gerador.

Caso o pedido seja feito fora do prazo, os efeitos financeiros serão contados a partir da data de recebimento do pedido pela contratante, sendo vedado ao ordenador de despesa conceder efeito retroativo aos efeitos financeiros.

Os reajustes e as repactuações a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo se, no caso de prorrogação contratual, constar cláusula específica resguardando o direito do contratado ou quando houver requerimento prévio pendente de análise.

A decisão sobre o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação, este que deverá estar acompanhado de todos os documentos exigidos pelo Decreto n. 28.874/24.

No que diz respeito a eventuais acréscimo e supressões ao contrato, aplica-se o disposto no art. 124 e seguintes, da Lei n. 14.133/21.

12. DA RESCISÃO ANTECIPADA DO CONTRATO

A rescisão antecipada do objeto deste contrato será aquela estabelecida no item 21.8 do projeto básico e seus anexos.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da Contratada também se incluem os do projeto básico e seus anexos.

A contratada é obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

O contratado obriga-se a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

Em conformidade com o disposto no §6º do artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, a contratada permanecerá responsável, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos a contar do recebimento definitivo da obra, admitida a previsão de prazo de garantia superior, se estabelecido no edital ou neste contrato, pela solidez e pela segurança dos materiais empregados, dos serviços prestados e pela funcionalidade da construção, reforma, recuperação ou ampliação do bem imóvel objeto deste instrumento. Durante esse período, a responsabilidade da contratada será objetiva, independentemente de comprovação de culpa, abrangendo a reparação, correção, reconstrução ou substituição necessárias, em caso de vícios, defeitos ou incorreções que venham a ser identificados, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da Contratante também se incluem os dispostos no item 19.2 do projeto básico e seus anexos.

15. DA GESTÃO CONTRATUAL E FISCALIZAÇÃO

Os critérios de gestão contratual e fiscalização do presente contrato serão aqueles estabelecidos no item 25. do projeto básico.

16. DA MATRIZ DE RISCO

A matriz de risco é aquela constante na Análise de Riscos - MATRIZ DE RISCO id. 0051663927, a qual é parte integrante do Projeto Básico, conforme disposto em seu item 30.3.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 155 da Lei 14.133/2021 e em demais legislações correlatas, pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada as sanções previstas no item 20 do projeto básico e seus anexos.

18. DA SUBCONTRATAÇÃO

A subcontratação do presente contrato está descrito no item 14. do projeto básico e seus anexos.

19. DA GARANTIA CONTRATUAL

A Contratada deve fornecer garantia na forma disciplinada no item 23. do projeto básico e seus anexos.

20. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

A vigência contratual será de 18 (dezoito) meses.

O prazo de vigência do CONTRATO para o objeto será de 18 (dezoito) meses, e deverá coincidir com o cronograma das obras somado ao prazo da execução do objeto. Caso o cronograma seja ajustado, o contrato será automaticamente prorrogado nos mesmos prazos.

O prazo de EXECUÇÃO DO OBJETO será de 14 (quatorze) meses, conforme o Cronograma Físico-Financeiro - H2 (ID 0057346692), devendo iniciar em até 15 (quinze) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço.

A Ordem de Serviço será emitida em até 10 (dez) dias da assinatura do contrato, devendo a ganhadora assinar o instrumento contratual em até 5 (cinco) dias úteis.

o de vigência contratual estabelecido para os serviços poderá ser prorrogado, , em conformidade com o disposto no Art. 106, da Lei nº. 14.133/2021 a abrangência de no máximo 50% do prazo de execução da obra. Considerando o prazo de execução de **12 (doze) meses**, o prazo máximo de vigência contratual será de **18 (dezoito) meses**.

21. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Os critérios de sustentabilidade do presente contrato serão aqueles estabelecidos no item 29. do projeto básico e seus anexos.

22. DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

23. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

A Contratada deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do Contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação em caso de inobservância.

24. DOS CASOS OMISSOS

As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando-se as regras da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a Administração Pública.

25. DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá à Contratante, através da Procuradoria Geral do Estado, providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Estado de Rondônia, no prazo previsto na Lei nº 14.133/2021.

26. DO FORO

As questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

27. DAS ASSINATURAS, DATA DE CELEBRAÇÃO E VISTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Considerando que a presente avença é celebrada no bojo de processo virtual que tramita no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a data de celebração será correspondente a da aposição da assinatura eletrônica mais recente de qualquer das partes qualificadas no preâmbulo.

Este instrumento jurídico foi elaborado na forma do art. 23, I, da LCE 620/2011, segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento.

Para firmeza e como prova do acordado, o presente Contrato, o qual, depois de lido e achado conforme, será assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, devidamente certificadas pela Procuradoria-Geral do Estado.



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Alexandra Grano, Chefe de Unidade**, em 19/05/2025, às 11:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ernani Marques de Almeida, Gerente**, em 19/05/2025, às 12:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **PIETRO MARIA SILVA ROSSI, Chefe de Unidade**, em 19/05/2025, às 18:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonam Francisco, Assessor(a)**, em 20/05/2025, às 09:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Rocha de Carvalho, Assessor(a)**, em 20/05/2025, às 09:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabício Pereira da Silva, Assessor(a)**, em 20/05/2025, às 09:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniele Lazzari Becker, Assessor(a)**, em 20/05/2025, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Franco Maegaki Ono, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 20/05/2025, às 12:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0059546363** e o código CRC **F9DDF239**.